

O racismo estrutural da civilização e a especificidade do discurso do analista

Lia Carneiro Silveira

Resumo

Vivemos um momento político marcado, por um lado, por uma sensível ascensão do fascismo e, por outro, pela tentativa de invenção de uma resposta política diante deste. O psicanalista está entre os atores convocados a responder a essa conjuntura, donde se coloca a delicada questão de saber o que pode ser dito a partir da psicanálise. Neste texto, tomamos como ponto de partida a questão do racismo como fenômeno em ascensão no atual cenário, para pensar as respostas possíveis a partir da especificidade do discurso psicanalítico.

Palavras-chave:

Racismo; Psicanálise; Discurso analítico.

The structural racism of civilization and the specificity of the analyst's discourse

Abstract

We live in a political moment marked, on the one hand, by a sensitive rise of fascism and, on the other, by the attempt to invent a political response to this. The psychoanalyst is among the actors invited to respond to this situation, which raises the delicate question of what can be said since psychoanalysis. In this text, we take as a starting point the issue of racism as a rising phenomenon in the current scenario, to think of the possible responses based on the specificity of psychoanalytic discourse.

Keyword:

Racism; Psychoanalysis; Analytical discourse.

El racismo estructural de la civilización y la especificidad del discurso del analista

Resumen

Vivimos en un momento político marcado, por un lado, por un sensible ascenso del fascismo y, por otro, por el intento de inventar una respuesta política a este. El psicoanalista se encuentra entre los actores invitados a dar respuesta a esta situación, lo que plantea la delicada cuestión de qué se puede decir desde el psicoanálisis. En este texto, tomamos como punto de partida el tema del racismo como fenómeno emergente en el escenario actual, para pensar las posibles respuestas a partir de la especificidad del discurso psicoanalítico.

Palabras clave:

Racismo; Psicoanálisis; Discurso analítico.

Le racisme structurel de la civilisation et la spécificité du discours de l'analyste

Résumé

Nous vivons un moment politique marqué, d'une part, par une montée sensible du fascisme et, d'autre part, par la tentative d'inventer une réponse politique à cela. Le psychanalyste fait partie des acteurs invités à répondre à cette situation, ce qui pose la délicate question de ce que l'on peut dire à partir de la psychanalyse. Dans ce texte, nous prenons comme point de départ la question du racisme comme un phénomène en hausse dans le scénario actuel, pour réfléchir aux réponses possibles basées sur la spécificité du discours psychanalytique.

Mots-clés :

Racisme ; Psychanalyse ; Discours analytique.

Vivemos um momento político marcado, por um lado, por uma sensível ascensão do fascismo e, por outro, pela tentativa de invenção de uma resposta política diante desse fenômeno. Não raro, o psicanalista é convocado a responder a essa conjuntura, donde se deduz, portanto, que ele tenha algo a dizer. Aqui, coloca-se a delicada questão de saber o que pode ser dito diante dessa questão a partir da psicanálise. Espera-se dela, no mínimo, uma resposta coerente com a estrutura discursiva que lhe é própria, com sua ética de sustentação do desejo e com a política da falta a ser.

No entanto, o debate atual não tem se mostrado fácil. Não tanto pelas dificuldades colocadas pelos defensores da extrema direita, tendo em vista que o antolho negacionista não lhes permite sequer suspeitar da lâmina cortante da psicanálise. Mas pelos problemas experimentados no próprio plano do debate chamado “progressista”. Para além das práticas de agressividade e “cancelamentos”, tão em voga em nossa época, entendo que é no plano dos argumentos que a questão precisa ser tratada. Ainda que advertidos de que “o sonho da razão produz monstros”,¹ precisamos recorrer ao esforço da formalização e da escrita, sendo o que de melhor podemos dispor para fazer frente ao real.

Entre as questões suscitadas nesse debate, tomarei como ponto de partida a questão do racismo, por considerar, com Lacan, que esse termo remete não apenas à discriminação da raça, mas à segregação do gozo do outro. Segundo Paxton (2007), o fascismo pode ser entendido como um amálgama poderoso do conservadorismo, do nacional-socialismo e da direita radical em favor de uma purificação da nação. Assim, temos um importante ponto de convergência entre esses conceitos no que tange à ideia de eliminação daquele que é considerado o estrangeiro. Meu caminho metodológico vai, portanto, no sentido de partir da produção atual acerca do tema do racismo para pensar: qual a especificidade do discurso psicanalítico diante desse cenário?

Racismo hoje: uma leitura estrutural

Para responder à nossa pergunta, temos o privilégio de poder contar com autores que debatem o tema do racismo com muita propriedade. Escolhi trazer aqui dois deles: Silvio de Almeida (2018) e Lélia Gonzáles (1984). Considero que a leitura de ambos, cada qual a seu modo, é muito potente para nos permitir aproximar uma leitura política das urgências de nossa época, escapando tanto de uma ingenuidade histórica quanto do subjetivismo psicológico.

Começo com Silvio de Almeida, e seu texto *O que é racismo estrutural?* (2018). Para esse autor, o racismo não é um mero efeito colateral do capitalismo, resultante da discriminação histórica ou do pouco acesso à informação. Ao inverter a ordem dos fatores, o autor denuncia que o racismo está, antes, na base de sustentação desse modo de produção, como “elemento constituinte da política e da economia no estado capitalista, sem o qual não é possível compreender suas estruturas” (Almeida, 2018, p. 141) Para se manter funcionando, o capitalismo precisa, além da infraestrutura, de bases subjetivas:

¹ *O sonho da razão produz monstros* é uma das gravuras de Goya (1799) que compõem a série dos Caprichos. Nela, o pintor esboça uma crítica sobre a razão no século XVIII, não para criticá-la cegamente, mas para representar o que há, nela mesma, de limite.

O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição ‘biológica’ de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias. (Almeida, 2018, p. 135)

É assim que o racismo legitima a superexploração no trabalho da mais-valia, especialmente na periferia, onde os negros são submetidos a subempregos, quando não são engolidos pelo narcotráfico ou entregues à morte nas mãos daqueles que defendem a ordem do Estado. Como canta Elza Soares (2002), “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

Lélia González (1984), em seu artigo intitulado “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, lança mão da psicanálise para avançar na leitura daquilo que podemos deduzir como produto dessa estrutura esboçada por Silvio de Almeida: o lixo, ou melhor, a mulher negra, tratada pela civilização capitalista como lixo. Ao associar as categorias do racismo e do sexismo, a autora faz uma excelente análise do racismo como sintoma da neurose cultural brasileira e de como a mulher negra vai ser tomada como objeto que condensa tanto a causa do desejo, na “mulata” autorizada em momentos específicos, como o carnaval, quanto a repulsa, encarnada na figura da doméstica, que, embora faça parte da rotina familiar das classes mais abastadas, é obrigada a entrar pelo elevador de serviço para não incomodar com sua presença.

Trago esses dois autores apenas a título de exemplo de uma leitura não essencialista, que pode ser recolhida no cenário mais amplo do debate atual sobre o racismo. Isso porque saber que classificar seres humanos pela cor da pele é arbitrário e não reflete nenhuma substância *a priori* é o mínimo para não cairmos em uma visão individualista e culpabilizante, que não só inviabiliza o debate, como no limite serve aos interesses de manutenção de uma ordem que segue, ela mesma, intocada.

Ainda assim, é preciso ressaltar que denunciar a artificialidade da categoria “raça” não implica desconhecer que ela foi e é utilizada a serviço da discriminação. No caso do Brasil, por exemplo, ficam claros, tanto em González (1984) quanto em Almeida (2018), os elementos que nos permitem desconstruir o mito da democracia racial. Assim, esses autores se complementam e nos permitem aprofundar uma leitura desse lugar do racismo como sustentado por uma ordem discursiva que é estrutural. No entanto, será que podemos ir ainda um pouquinho mais longe na argumentação a partir da psicanálise? Será que estamos advertidos das consequências políticas de tomarmos o racismo por uma perspectiva estrutural?

O discurso do mestre e a instauração da estrutura

Para Lacan, a estrutura é a linguagem. Ela não é apenas uma ferramenta de comunicação entre os falantes, mas o modo mesmo pelo qual cada sujeito entra em sua relação com o mundo, relação essa que é especialmente marcada por sua dimensão inconsciente. É o que se lê em seu famoso aforisma “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” e que, posteriormente, ele vai afirmar ser um pleonasma, já que estrutura e linguagem são uma só e mesma coisa (Lacan, 1966/2003, p. 228).

A origem do sujeito está em consentir em se fazer representar por um significante. Ou seja, trata-se de um processo de alienação no qual o significante, que vem do outro, representa o sujeito para outro significante. Mas o sujeito que ele representa “não é unívoco. Está representado, é claro, mas também não está representado” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 38). É dessa divisão que surge um produto, um resto, que Lacan vai denominar objeto *a*, resto de gozo não assimilado na apropriação do corpo pela linguagem e que no texto de Lélia González vai ser situado a partir do lugar da mulher negra na constituição da neurose social brasileira.

Foi com essa formalização que Lacan escreveu o que chamou de discurso do mestre, um discurso que trata ao mesmo tempo da emergência do sujeito do inconsciente e seu resto inapreensível pela via da linguagem, mas que é também o discurso que ordena a civilização (Lacan, 1969-1970/1992, p. 30).

Um discurso é o modo pelo qual a linguagem aparelha o gozo, ordenando-o em uma cadeia simbólica: “isso tem a ver com a estrutura que se aparelha. O ser humano, que sem dúvida é assim chamado porque nada mais é que o húnus da linguagem, só tem que se emparelhar, digo, se *apalavrar*, com esse aparelho” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 48).

Como seres falantes, não contamos mais com o instinto para nos orientar. Resta-nos, portanto, a linguagem como único recurso para nos apalavrar diante da precariedade em que nos encontramos para lidar com as urgências da vida. No entanto, o fato de sermos esses seres de linguagem tem suas consequências. Uma delas é que, no plano simbólico, sempre que recorremos ao significante, necessariamente discriminamos, na dupla acepção dessa palavra: tanto no sentido de identificar para discernir (o eu e o outro, o dentro e fora, o sim e o não) quanto no sentido de tratar de forma injusta ou desigual uma pessoa ou um grupo de pessoas.

É a tese de Freud (1921/2011) em *Psicologia das massas e análise do Eu*: na medida em que me identifico com um traço com o qual constituo o grupo e, necessariamente, deixo de fora o outro, o diferente. Assim, é estrutural; o discurso que governa é o mesmo que discrimina. Estamos diante de um dos impossíveis freudianos, o impossível de governar, que sempre estabelece a desigualdade na

relação com o gozo. Como afirma Silvio de Almeida (2018, p. 152), “se é possível um modelo desenvolvimentista sem o racismo, a história ainda não nos mostrou”.

Seria ainda preciso distinguir, como o faz Soler (1998), a discriminação da segregação. A última se distingue da primeira, porque abole a possibilidade de inscrição simbólica da desigualdade dos gozos: todos iguais é o lema do capitalismo globalizado. A segregação, portanto, é um fenômeno potencializado pela estrutura do discurso capitalista casado com o discurso da tecnociência. Sem as insígnias que balizam o desejo, só resta ao sujeito localizar o gozo, que aí retorna no outro, e atribuir-lhe a causa de seu sofrimento.

Temos aí instaurado o que Izcovich (2006, pp. 13-14) chamou de paradoxo da modernidade, no qual, ao mesmo tempo que se escancara de maneira selvagem a inexistência de um Outro que dê garantias, o sujeito, recusando-se assumir sobre si a responsabilidade por essa falha, reinstaura o Outro sem barra: “basta que uma contingência perturbe o que ele havia programado para que ele conclua que a responsabilidade é do Outro”. Assim, quando um sujeito angustiado parte de seu ponto de divisão para questionar o outro tomado como mestre, entramos no discurso da histórica.

O discurso histórico e a contestação do mestre

Ao alçar o gozo histórico à categoria de uma posição subjetiva, Lacan (1969-1970/1992), seguindo a trilha de Freud, retira-o da depreciação dos compêndios de diagnósticos médicos e devolve-lhe a dignidade de um discurso, ou seja, um modo de se aparelhar com a linguagem. Um discurso inclusive sem o qual a psicanálise não teria existido. É somente porque a histórica diz a Freud “Cale-se e me deixe falar”² (e da genialidade de Freud em consentir nesse pedido) que a psicanálise pôde emergir como um novo campo do saber.

É também ao discurso histórico que devemos diversas transformações sociais que refreiam o ímpeto subjugador do mestre, diminuindo desigualdades, abrindo espaço para minorias, com inúmeras conquistas no plano social. Diante do impossível de governar explicitado pelo discurso do mestre, o discurso histórico responde: “Sejamos realistas, peçamos o impossível.”³

“É aí que o discurso da histórica adquire seu valor”, diz Lacan (1969-1970/1992, p. 87), denunciando a inexistência da relação sexual e a impossibilidade de sustentá-la. Mas isso também tem consequências. A principal delas é que a histórica deixa o saber sobre o sexual a cargo do outro, enquanto ela desconhece comple-

2 Frase atribuída à paciente Emmy von N, que, segundo Peter Gay, irritava-se quando Freud, nos primórdios da psicanálise, a interrogava, e então ela lhe pedia que ele parasse de “lhe perguntar de onde veio isso ou aquilo, mas que a deixasse contar o que ela tinha a dizer” (Gay, 2010, p. 80).

3 Frase pichada nos muros das universidades de Paris e que virou o lema da juventude revolucionária de Maio de 1968.

tamente a causa que a habita. Além disso, ao desmascarar a função do mestre, ela permanece solidária a este, “valorizando o que há de mestre no que há de Um, com U maiúsculo, do qual se esquivava na qualidade de objeto de seu desejo” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 88). Estabelece-se, assim, no discurso histórico um laço entre a reivindicação do impossível, a lei questionada como sintoma e o pai idealizado como representante do Um.

Por vezes, a própria psicanálise pode ser chamada pelo discurso histórico a vir a produzir um saber. Em meio à ascensão do fascismo no cenário político brasileiro, vários psicanalistas têm se posicionado publicamente quanto às questões do racismo. Apropriam-se cada vez mais do espaço virtual e das redes sociais para fazer sua crítica ao discurso do Um. O “até onde ir” nos posicionamentos, e até mesmo o viés político que cada um assume (mais liberal ou mais marxista, por exemplo), é também questionado, tanto à direita como à esquerda do espectro.

Pela própria estrutura do discurso, quando nos pomos a questionar o discurso instituído, só podemos estar na posição de sujeitos, e, portanto, o que vai estar em jogo é a possibilidade de abertura e de sustentação dessas questões para cada um em sua singularidade. Inclui-se para o que dessas posições vai reverberar em sua prática clínica e das condições de sustentação do ato analítico quando elas se mostram.

Considero importantes as contribuições que podem advir daí, especialmente no que a psicanálise aporta para a interpretação social desses fenômenos. É o que o texto de Lélia González faz tão bem, recorrendo às lentes da psicanálise para trazer à tona o que se esboça na estrutura do racismo à brasileira, como afirma Ambra (2020, p. 98), pensando “a verdade ocultada nas exclusões, apagamentos e dominação por intermédio da valorização dos lugares das descontinuidades da fala em sua concretude e ato”. Como o mesmo autor afirma, não se trata, na interpretação adotada por Lélia, de lançar mão das epistemologias ditas negras para denunciar o silenciamento de mulheres que tentam resistir à cultura europeia. Não se trata de um “nós, colonizadas, contra eles, colonizadores”, eu diria, mas de lançar mão de uma lente epistemológica que é a da psicanálise para extrair do fenômeno sua estrutura. Nada de essencialismo ou de psicologismo, portanto.

Mas essa não é a única forma como a relação com a psicanálise vem comparecendo ao debate atual sobre o racismo. E, a meu ver, a questão se torna um pouco mais delicada quando é a própria psicanálise que é tomada como Um. Para esses interlocutores, a psicanálise seria um saber datado, que respondia a certa subjetividade, agora ultrapassada, e que agora teria que se aproximar de outras epistemologias para operar em seu próprio campo, uma reformulação; para constituir-se em um saber mais aproximado dos movimentos ativistas. Aponto pelo menos dois exemplos desse posicionamento: o discurso de Paul Preciado (2019), na conferência de abertura na *École de la Cause Freudienne*, e o texto de autoria de Tania Rivera (2020), publicado na revista *Cult* e intitulado “Por uma psicanálise a favor da identidade”.

Para o primeiro, as teses da psicanálise teriam que ser reformuladas, senão desmontadas, porque estariam a serviço da manutenção de uma heteronormatividade burguesa e da violência do patriarcado colonial. Para Preciado (2019, *online*), a psicanálise é uma epistemologia histórica, que, “longe de ser a representação de uma realidade, é uma máquina performativa que produz e legitima uma ordem política e econômica específica: o patriarcado heterocolonial”.

Já para Tania Rivera (2020, *online*), a psicanálise estaria fundada em um pacto social ilusório (que é como a autora lê o *Totem e tabu* freudiano), que se apoiaria no significante “irmãos”, mas não permitiria às mulheres representarem-se por esse significante. Cito a autora: “negando a elas qualquer significante identitário — ou seja, qualquer reconhecimento”.

Para Rivera (2020, *online*), esse pacto até poderia funcionar em sociedades mais igualitárias, mas, em uma sociedade excludente como a nossa, a psicanálise estaria a serviço de legitimar os processos de exclusão, pois haveria “uma espécie de hiato entre o terreno no qual a psicanálise surge na Europa e aquele do colonialismo no qual ela é chamada a comparecer, no Brasil”. Para a autora, a saída estaria em a psicanálise mover-se rumo a “um traço identificatório inclusivo e igualmente partilhado entre todos” ou ainda “colaborar na construção de significantes capazes de articular as identidades e as diferenças em prol de uma ampla frente de luta contra o fascismo”.

Fica claro nas argumentações dos dois autores o engano comum de confundir a castração com o exercício de um poder encarnado: se há exclusão, é porque há um outro que me priva, e a saída possível seria romper com a estrutura de discriminação. Pautado por um ideal de uma sociedade justa, o analista teria que reformular sua teoria para atuar no combate à exclusão social. Tudo isso seria muito interessante, se não estivéssemos advertidos, pela própria experiência de análise, da não existência da relação sexual.

Não é por compactuar com discursos de exclusão que a psicanálise não pode caminhar por aí. Mas por reconhecer que, desde que somos falantes, estamos expulsos do “paraíso do engodo”, como chamou Lacan (1957-1958/1999), no seminário *As formações do inconsciente*, as ilusões de completude.

Assim, o sujeito não é livre para escolher a quais significantes vai se assujeitar, pois se trata de um processo inconsciente; nem pode escapar da consequência de que isso exclui uma parcela de gozo que lhe retorna como mais-de-gozar. Nessa perspectiva, dizer que o racismo é estrutural é reconhecer que ele está no horizonte de toda forma de configuração social, pelo fato de que estamos todos submetidos à linguagem, que, ao identificar, também discrimina.

Por outro lado, se não foi a psicanálise quem inventou o estrutural, o universal, ela, sim, recolhe daquilo que cada sujeito fala algo do que é estrutural para cada um, da posição singular que um falante ocupa em relação ao universal da linguagem. E faz

isso não para operar a serviço dessas categorias, mas para ir além delas. Assim, se podemos dizer que não há intervenção possível no sintoma social, como coletivo, sabemos que uma análise pode ter, sim, incidências políticas a partir das mudanças que opera no caso a caso. E isso só é possível a partir da estrutura do discurso analítico.

Discurso analítico: um giro a mais

A psicanálise não é uma panaceia para as dores do mundo. Ela, na verdade, tem um campo de atuação muito mais limitado do que esperam seus críticos. Uma análise não serve para reverter o cenário fascista em que nos encontramos, nem para resolver todo o sofrimento e morte causados por uma pandemia que se alastra enquanto escrevo estas linhas. Os analistas, como sujeitos, estão, eles mesmos, tão acossados pelo mal-estar na civilização como qualquer outro.

Só há um único sofrimento sobre o qual a psicanálise tem realmente alguma expectativa de intervir, embora nem isso mesmo seja garantido pela lógica do “paratodo”, trata-se daquilo que retorna para um sujeito como repetição sintomática e que, em seu fantasma, leva-o a se colocar como objeto para completar o Outro, gozando, assim, de uma posição de escravizado, dominado, colonizado.

É aqui que se esboça a diferença de posicionamento ético que faz com que o analista não possa operar a partir de um discurso ativista, afirmativo das identidades simbólicas ou imaginárias e reivindicador de um “reconhecimento pelo outro”.

As identificações são, para a psicanálise, o recurso do qual o sujeito lança mão para tentar recobrir o furo traumático que se abre a partir da inscrição da linguagem e da irrupção de um gozo que não pode ser, por ela, metabolizado. O sujeito que busca uma análise é um sujeito identificado, com a diferença de que essas identificações já não se sustentam para recobrir algo de seu encontro com a falta. A identificação, diz Izcovich (2018, p. 155), é um assunto de alienação, pois resulta unicamente dos registros imaginário e simbólico, em uma tentativa de solução do Eu para forçar uma ilusão de completude. Só que, para isso, implica uma alienação à imagem e aos significantes que vêm do outro.

No entanto, a identidade não se subsume ao registro simbólico. É aí, segundo Izcovich (2018), que podemos traçar — trata-se de uma sutileza, mas não menos importante — uma diferenciação entre identificação e identidade.⁴ Enquanto a primeira tem a ver unicamente com os registros do imaginário e do simbólico, a identidade, por sua vez, mantém um pé naquilo que se inscreve mais intimamente para um sujeito como marca real de um gozo.

4 Ou poderíamos dizer, com Colette Soler (2018), uma distinção entre “identidade de alienação”, relativa à identificação com as insígnias oriundas do Outro simbólico, e “identidade de separação”, que não passa pela identificação a um traço tomado de empréstimo do Outro. Neste texto, optamos por usar a referência de Izcovich (2018), para uniformizar os termos.

Ocorre que essa marca não é espontaneamente assumida pelo sujeito como algo que lhe concerne (Lacan, 1967-1968). O neurótico é alguém que luta muito para se fazer reconhecer pelo outro a partir dos ideais montados em identificações, mas isso lhe custa a segregação daquilo que, em suas pulsões, faz obstáculo à sua conformidade a esse ideal. Assim, esse gozo estranho, inassimilado na experiência da linguagem, retorna para o sujeito como estrangeiro. Temos aí a raiz do racismo estrutural: esse gozo desconhecido, que me cerca a todo momento, é ao outro que eu o atribuo.

É o ato analítico, por sua operação, que vai encaminhar o sujeito pela via significativa da associação livre e, sustentado pela operação transferencial, vai levar o sujeito a produzir algo acerca de sua “verdade” (Lacan, 1967-1968). Assim, enquanto, pelo lado da fala, o sujeito se realiza enquanto falta, deparando-se com sua castração ($-\phi$), por outro, é algo desse gozo estrangeiro que se esboça em seu fantasma, reconduzindo o sujeito ao âmago da repetição. A transferência sustenta essa operação, que vai se desenrolar ao longo de todo o tratamento; o analista dispondo-se no lugar de semblante de objeto causa leva o sujeito, a partir da fala, a produzir os significantes aos quais se encontrava alienado em suas identificações, liberando a pulsão para que o sujeito possa inventar outros modos de satisfação (Lacan, 1967-1968).

Assim, ao mesmo tempo que caem as identificações nas quais o sujeito se reconhecia, passa a se esboçar outra identidade, essa relacionada com os modos com que o próprio sujeito respondeu ao encontro traumático: lá onde isso era como gozo estrangeiro, eu devo advir como componente ético de minhas escolhas. Trata-se de algo sempre idêntico a si mesmo, que, segundo Soler (2018), vai estar no âmago das preocupações de Lacan acerca do final de análise desde o começo de seu ensino, mas que ao final ele vai propor como “identificação ao sintoma”. Essa identidade articulada ao sintoma traduz “uma heterogeneidade, uma inadequação ao Outro”, e por isso pode ser chamada de identidade de separação, e contraposição às identificações, que são, por princípio, alienantes (Izcovich, 2018, p. 160).

Assim, vemos como a busca de significantes que levem a um reconhecimento pelo outro não só é essencialmente alienante, como está na base do sofrimento mesmo do sujeito, pois não há saída possível para a repetição sintomática pela via das representações. Por mais que se demande, não é isso, pois o que se trata de cotejar é o racismo estrutural, que participa da constituição de cada um na rejeição daquilo que lhe é estrangeiro. E, quanto mais alguém se desapega de suas identificações, mais pode se aproximar da verdadeira identidade que esse estranho-familiar porta.

Retornando à questão, esboçando respostas

Retornando agora à nossa questão de partida, o que podemos dizer da especificidade do discurso psicanalítico diante desse cenário?

A contribuição da especificidade do discurso analítico para a questão do racismo não é a de uma intervenção coletiva. Ela passa por permitir a cada sujeito, aquele que assim o deseje, empreender sua análise e levá-la até cernir o ponto em que, diante do encontro traumático com a falta no Outro, deu a esse outro o *status* de mestre e fez de si mesmo objeto de sua escravidão.

Certamente que isso não é o mesmo que está em jogo na opressão histórica que legitimou a escravidão, nem naquela que faz com que hoje morram 40% mais negros do que brancos na pandemia de covid-19 no Brasil.⁵ Diante dessa realidade, o dito “psicanalista”, se entendemos que ele é o produto de uma análise, também padece e, de acordo com sua singularidade, escolhe se e como se posicionar diante dela. Nada impede, por exemplo, que alguém que se diga analista participe como sujeito das pautas políticas, que incluem a crítica ao fascismo e ao racismo, por exemplo. Parto do princípio de que esse sujeito se afeta com essas questões porque entendo ser incoerente com a lógica e com a ética psicanalítica uma análise cujo saldo seja o cinismo e o descaso com o sofrimento do outro. Essa escolha, no entanto, articula-se com a análise pessoal de cada um, com seu estilo, com o que pode suportar das reverberações desses posicionamentos sobre sua clínica.

Mas, quando se trata da especificidade do discurso analítico, não é daí que ele opera. Desde que se autoriza a sustentar a posição de psicanalista, sua posição está em manter aberto esse lugar *sui generis* no qual cada um que queira possa vir a fazer, ele também, sua travessia. Nesse sentido, é preciso que ele saiba que não está ali como negro ou branco, homem ou mulher, ou qualquer outro significante que venha a qualificá-lo.

O mesmo ocorre com o sujeito que surge no que ele escuta em sua clínica. Por mais que sejam com seus significantes que ele venha se dizer, o analista precisa saber que não é disso que se trata. Pelo contrário, trata-se de permitir a queda das identificações às quais ele colou o gozo. Por isso, a análise do analista deve ir até o ponto em que decaia o desejo de querer o bem, de querer salvar, de curar a opressão, ou outro sentido qualquer.

Podemos então nos perguntar: mas isso não é terrível, deparar-se com o horror e não querer ajudar? Sim, do ponto de vista da civilização, é terrível. É por isso que o desejo do analista é um ponto aberrante, fora da curva, porque ele é tomado por um desejo maior. É por isso também que ele não se dispõe para qualquer um, nem quer dizer que seja uma proposta generalizante diante dos impasses sociais. Alguém pode escolher não estar aí, e tudo bem. É apenas uma via que se abre para aquele que experimentou, a partir dos efeitos de sua análise, tanto a impotência

5 Recuperado em 5 julho, 2023, de <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>

dos outros discursos diante de sua aflição quanto o entusiasmo de se ver liberado, enfim, para poder viver.

É por isso que a psicanálise tem uma dimensão anti-identitária (no sentido das identidades de alienação, que são aquelas convocadas nas relações sociais), e, ainda mais, podemos dizer que a sobrevivência do discurso analítico depende de que ela se mantenha assim. Por sua característica de ir contra a força hegemônica do recalque de “não querer saber nada disso”, a tendência a diluir-se nos outros discursos é sempre um risco iminente. Cabe, então, aos analistas, como diz a carta da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano, zelar pela “presença e a manutenção dos desafios do discurso analítico nas conjunturas do século” (Carta da IF-EPFCL, 2014).

Para finalizar, gostaria de pontuar que a sobrevivência do discurso analítico implica também encontrarmos formas de fazê-lo ressoar na pólis, transmitindo algo do que é sua marca. Isso implica, como Lacan (1967) pontuou em sua “proposição”, estarmos atentos às facticidades que se colocam como pontos de fuga para a psicanálise em extensão.

Como transmitir algo de modo a irmos⁶ além de nossa intuição de esfera? Lacan adverte nesse texto sobre três pontos, que são mais do que nunca atuais:

1. Em termos simbólicos, não podemos abrir mão da referência à diferença sexual e à castração (fundamentos do Édipo freudiano), sob o risco de transformarmos a psicanálise em um delírio. Mas é preciso retirar essas referências da confusão comum do Édipo com a família burguesa, do falo com o pênis, da diferença sexual com o gênero ou com o sexo anatômico, sem também recair nos anseios neoliberais, para o que o gozo seria apenas uma questão de escolha e a interpretação estaria aberta a todos os sentidos.
2. No plano imaginário, não se pode esperar que os efeitos de cola próprio aos agrupamentos não compareçam, mesmo nas associações de analistas. A análise não elimina o imaginário, não produz sujeitos sem narcisismo, nem esteriliza o risco do apelo a alguém que venha a encarnar o Um. Mas, ainda assim, temos que ver como operar com o discurso analítico, para não recairmos em uma lógica do “nós contra eles”, tão própria à organização imaginária.
3. Por fim, no plano real, temos que estar realmente advertidos de que os fenômenos de segregação não estão dissociados dos progressos advin-

6 Na primeira versão deste texto, cometemos um lapso, ao trocar “irmos” por “rimos”, o que foi destacado pelo avaliador. No final das contas, esse lapso resume mesmo toda uma argumentação: afinal, não é pelo riso que aquele que atravessa uma análise pode constatar o esvaziamento do sentido que fixava sua posição derrisória de gozo diante da tentativa de completar do Outro?

dos do casamento do discurso da tecnociência associada ao discurso capitalista no qual estamos todos mergulhados. Assim, o racismo não é um efeito colateral do modo de produção hegemônico, mas está na base de sustentação desses sistemas, como bem alertou Silvio de Almeida. Como os analistas incorporarão os avanços que essas tecnologias têm promovido no mundo atual e, ainda assim, sustentarão a especificidade do discurso analítico? É um desafio de última hora para todos nós e vai implicar inventarmos modos de desalojar, de interrogar a angústia, ali onde o discurso científico tenta eliminá-la.

Entendo que esse é um debate em aberto e que muitos outros pontos poderiam ser levantados a partir da singularidade das experiências clínicas de cada um, mas busquei retomar com Freud e Lacan alguns pontos que considero fundamentais, apostando em que tenhamos a chance de respondermos a partir da especificidade do discurso analítico, e não o reduzindo a qualquer outro discurso.

Referências bibliográficas

- Almeida, S. L. de (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Ambra, P. (2020). O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia González. *Sig Revista de Psicanálise*, edição 14. Recuperado em 10 de julho, 2023, de <http://sig.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Edicao14-Convidado.pdf>
- Carta da IF-EPFCL (2014). Atualizada depois da Assembleia Geral de julho 2014. Recuperado em 10 de julho, 2023, de <http://champlacanian.net/public/docu/4/ifCharte2014.pdf>
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In S. Freud. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Gay, P. (2010). *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- González, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs.
- Goya, F. (1979). *Caprichos, desastres, tauromaquia, disparates*. Madri: Fundación Juan March. *Front cover*.
- Izcovich, L. (2006). L'impossible dans l'expérience analytique. *L'en-Je Lacanien*, 2(7): 9-30. Recuperado em 10 de julho, 2023, de <https://www.cairn.info/revue-l-en-je-lacanian-2006-2-page-9.htm>
- Izcovich, L. (2013). *Las marcas de una psicoanálisis*. Medellín: Ed. Universidad Pontificia Bolivariana.
- Izcovich, L. (2018). *As marcas de uma análise*. São Paulo: Aller.

- Lacan, J. (1967). Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École. *Scilicet*, Paris, 1.
- Lacan, J. (1967-1968). *O seminário, livro 15: o ato psicanalítico*. Inédito.
- Lacan, J. (1992). *O seminário 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2003). Pequeno discurso no Ortf. In J. Lacan. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)
- Paxton, R. O. (2007). *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Preciado, P. (2019). Um apartamento em Urano. Recuperado em 10 de julho, 2023, de <https://revistalacuna.com/2019/12/08/n-8-12/>
- Rivera, T. (2020). Por uma psicanálise a favor da identidade. *Cult*. Recuperado em 10 de julho, 2023, de <https://revistacult.uol.com.br/home/por-uma-psicanalise-favor-da-identidade/>
- Soares, E. (2002). A carne. Álbum: *Do cóccix até o pescoço*. Salvador: Maianga Discos.
- Soler, C. (1998). Sobre a segregação. In L. Bentes & R. F. Gomes (Orgs.), *O brilho da infelicidade*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Soler, C. (2018). *Rumo à identidade*. São Paulo: Aller.

Recebido: 23/11/2020

Aprovado: 14/02/2021